

CAPÍTULO 16

**A CERTEZA DAS SENSAÇÕES E A NEGAÇÃO
DA MATÉRIA: GEORGE BERKELEY (1685-1753)**

Não argumento contra a existência de alguma coisa que apreendo pelos sentidos ou pela reflexão. O que os olhos vêem e as mãos tocam existe; existe realmente, não o nego. Só nego o que os filósofos chamam matéria ou substância corpórea; e fazendo-o não há prejuízo para o resto da humanidade, que, ousou dizer, nada perderá.

Berkeley

Berkeley nasceu na Irlanda do Sul. Lecionou grego, latim e teologia no Trinity College. Durante alguns anos ocupou-se com viagens a outros países e, em 1734, tornou-se bispo protestante de Cloyne, região da Irlanda.

Suas obras revelam preocupação com o conhecimento, a economia, a moral e a saúde. Dentre elas, podem ser citadas: *Ensaio de uma nova teoria da visão* (1709), *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano* (1710), *Obediência passiva* (1712), *Diálogo entre Hilas e Filonous* (1713), *Sobre o movimento* (1721), *O questionador* (1735) e *Siris ou reflexões e investigações filosóficas sobre as virtudes da água de alcatrão* (1744).

O século em que Berkeley viveu e elaborou sua obra foi aquele em que as concepções medievais, fundadas nas idéias de Aristóteles, caíam por terra, sendo substituídas por uma visão de mundo regido por leis naturais que cabiam ao homem identificar por meio da observação e da experimentação.

Essa concepção de mundo baseia-se no pressuposto de que existe algo na natureza que, sendo exterior ao e independente do homem, é dotado de certas características capazes de se imprimirem na mente humana: a matéria ou substância material. Nessa concepção, as coisas ou seres – que possuem qualidades que lhes são inerentes – existem separados do homem que os percebe; portanto, o que o homem conhece advém da matéria ou substância material. Para Berkeley, tal separação (entre as coisas tais quais existem e o homem) leva ao ceticismo (defesa da impossibilidade de conhecer). O homem nunca terá certeza de que seu conhecimento corresponde à coisa tal qual ela

é, pois a única certeza que podemos ter é a da coisa tal qual ela nos aparece. Além disso, Berkeley via ainda um outro perigo surgir em consequência da aceitação da existência da substância material: o ateísmo. Para ele, a existência da matéria ou substância corpórea, independentemente de sua percepção pelo homem, conduzia à desvalorização da substância imaterial (o espírito) e à renúncia da existência de um criador.

Pode-se, portanto, compreender melhor as propostas de Berkeley, se nos lembrarmos de que seu objetivo era combater o ateísmo e o ceticismo que, segundo ele, advinham de uma postura materialista, isto é, advinham da crença na existência, em si, da matéria. Todo o pensamento de Berkeley reflete a preocupação em demonstrar a inexistência da matéria, em contrapartida afirmando a existência do espírito (alma) e de Deus.

O caminho que Berkeley percorre para chegar ao imaterialismo é, curiosamente, a ênfase total aos sentidos. Os sentidos do homem (visão, audição, tato, etc.) são, para Berkeley, essenciais na relação com o mundo. É por meio deles que percebemos, ou melhor, que temos *idéias* do mundo. Só podemos afirmar algo sobre aquilo que sentimos. Se aquilo que sentimos passa necessariamente pelo crivo das nossas sensações, as idéias que temos do mundo são as sensações que dele temos. Ou seja, ao que percebemos pelos sentidos, Berkeley denomina *idéias* ou *sensações*.¹

Se temos sensações, por que essas não poderiam se referir a coisas que existem fora do sujeito e independentes dele?

Berkeley responde a essa questão com argumentos de dois níveis. Em primeiro lugar, afirma que as sensações de tamanho (grande, pequeno, etc.), cor (branco, vermelho, etc.), espessura (fino, grosso, etc.), paladar (acre, doce, etc.) só existem por meio da mediação do sujeito. Não se pode falar, por exemplo, no tamanho em si, como qualidade inerente a um dado objeto, pois o tamanho está vinculado aos órgãos dos sentidos, sendo relativo, inclusive, à posição e ordem desses órgãos. Ainda exemplificando: verificamos que o sabor característico da canela só é percebido pela conjugação do efeito das papilas gustativas e do olfato; na ausência do segundo, não percebemos o sabor. Para Berkeley, isto demonstraria que o sabor característico que conhecemos não está na canela, não é atributo ou qualidade dela em si, mas sim depende dos órgãos dos sentidos.

1 Ao falar de idéias, Berkeley faz referência tanto às idéias dos sentidos, quanto às da memória e da imaginação. As primeiras são mais fortes e vivas, pois independem da vontade humana na sua criação, já que estão diretamente relacionadas à sensação. As segundas constituem-se em efeito da vontade humana, que pode se lembrar de sensações ou idéias (memória), ou ainda criar, por meio da imaginação, fantasias.

O mesmo pode ser dito em relação ao som: o som, em si, não existe. O que percebemos é o apito do trem, a sirene da ambulância, o cantar do galo, etc.

Em segundo lugar, Berkeley defende que a percepção de um dado objeto nada mais é do que um feixe de sensações combinadas e concretizadas em conjunto. Assim, o limão nada mais é do que um conjunto de sensações dadas pelo olfato, visão, paladar e tato. Novamente a mediação do sujeito é imprescindível não só devido a cada uma das sensações como para conjugá-las todas de forma a atribuir a esse conjunto um significado. Assim, novamente, não se pode dizer que exista fora do sujeito algo que possua qualidades inerentes (o ser “limão”), já que o significado a esse conjunto de sensações é atribuído pelo sujeito.

Para Berkeley é impossível pressupor a existência de qualquer ser que não seja percebido. Para ele “ser é ser percebido”, portanto, só porque percebo posso dizer que é real; em outras palavras, só posso me referir ao conteúdo da minha percepção, e não a algo existente fora de mim.

Há verdades tão óbvias para o espírito que ao homem basta abrir os olhos para vê-las. Entre elas muito importante é a de saber que todo o firmamento e as coisas da terra, numa palavra, todos os corpos de que se compõe a poderosa máquina do mundo não subsistem sem um espírito, e o seu ser é serem percebidas ou conhecidas; conseqüentemente, enquanto eu ou qualquer outro espírito criado não temos delas percepção atual, não têm existência ou subsistem na mente de algum Espírito eterno, sendo perfeitamente ininteligível e abrangendo todo o absurdo da abstração atribuir a uma parte delas existência independente do espírito. Para ver isto bem claramente, o leitor só precisa refletir e tentar separar no pensamento o ser de um objeto sensível do seu ser percebido. (Tratado, § 6)²

É necessário ressaltar que, assumindo tal postura, Berkeley não nega a existência do que percebemos por meio de qualquer dos sentidos. O que apreendemos existe. Se para Berkeley os objetos sensíveis são combinações de qualidades sensíveis, não é possível negar a realidade dessas sensações, já que negá-las implicaria admitir que estas fossem ilusórias ou, como diz Berkeley, se constituíssem em quimeras. Berkeley procura ressaltar a diferença entre as idéias produtos da imaginação daquelas provenientes das sensações, sendo estas últimas aquilo que o autor denomina realidade.

2 Durante o texto referir-nos-emos com os termos Tratado e Diálogos, respectivamente, às obras *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano* e *Diálogos entre Hílas e Fílonous*.

Em um trecho dos *Diálogos*, ao ser questionado por Hílas (um interlocutor fictício), Filonous (que representa Berkeley) apresenta sua posição acerca da realidade.

H. – Mas Filonous, ao considerar a substância do que vós aduzis ao dardes combate ao ceticismo, vejo que não passa, afinal de contas, do seguinte: temos a certeza de que realmente vemos, de que ouvimos, de que rateamos; numa palavra, de que somos afetados por impressões sensíveis.

*F. – E que necessidade há aí de qualquer outra coisa? Vejo esta cereja; sinto-a pelo tato, saboreio o seu gosto; e estou certo de que o nada não pode nunca ser visto, nem palpado, nem saboreado: a cereja, portanto, é real. Como não é um ser distinto das sensações – uma cereja, digo eu, é apenas um acervo de impressões sensíveis, ou de idéias percebidas pelos sentidos vários; idéias que são unidas numa coisa única (ou a que foi conferido um único nome) pela nossa mente, em virtude de observarmos que entre si se acompanham. Assim, quando o paladar tem em nós a impressão de um determinado sabor particular – a vista é impressionada por uma cor vermelha, o tato pela rotundidade e pela sensação de moleza etc. etc. Posto isso, sempre que eu vejo, e tato, e gosto, de umas tantas maneiras determinadas, tenho a certeza de que a cereja existe, ou de que ela é real; não sendo nada a realidade dela (em meu parecer) se nós abstrairmos das sensações. Se porém pela palavra cereja pretendeis significar uma natureza incógnita, uma natureza distinta destas qualidades sensíveis, e se acaso entendeis pela sua existência uma qualquer coisa que se diferencia do fato de ser ela percebida – então sustento que nem eu nem vós, nem outra pessoa, qualquer que ela seja, podemos ter a certeza de que a cereja existe. (*Diálogos*, III, p. 116)*

Como se observa no trecho acima, Berkeley supervaloriza as sensações; o que ele admite acerca da existência da cereja tem base exclusivamente nelas. Essa pressuposição o identifica com o empirismo, corrente que enfatiza a observação como meio de se chegar ao conhecimento. Embora se pudesse pensar que tal corrente devesse implicar necessariamente uma postura materialista – já que a defesa da observação deveria pressupor a existência de coisas que possuam qualidades a elas inerentes e que deveriam ser observadas –, isto não é verdade. Berkeley é um exemplo de como a supervalorização das sensações pode conduzir ao imaterialismo, já que, segundo sua concepção, a mediação do sujeito é imprescindível na união das idéias de sensação numa coisa única, que dá o significado do ser em foco. Os seres constituem-se em conjuntos de sensações percebidas pelos vários sentidos. Não há, portanto, a coisa em si, o ser independente do sujeito.

Não se pode falar, portanto, do mundo, dos fenômenos, da realidade, como algo que possui determinadas características, qualidades ou relações que podem ser descobertas; não é possível falar na existência de substâncias

em abstrato, tais como o som, a cor, etc., pois não existem cor não vista, som não ouvido, gosto não sentido. Para Berkeley pode-se apenas falar da realidade, a qual é o objeto da percepção dos sujeitos.

Não argumento contra a existência de alguma coisa que apreendo pelos sentidos ou pela reflexão. O que os olhos vêem e as mãos tocam existe; existe realmente, não o nego. Só nego o que os filósofos chamam matéria ou substância corpórea (...). (Tratado, § 35)

Se a afirmação da realidade depende da percepção, é necessário supor, como Berkeley o faz, a existência de um ser percipiente. Esse ser é o único ser ativo, o que percepção: ele é o espírito, ou mente, ou alma, ou eu. O espírito é a única substância admitida por Berkeley. Negando a substância material, afirma, em contrapartida, a substância espiritual.

Para Berkeley, o espírito é o que pensa, o que quer, o que percebe, portanto, é substância ativa. Constitui-se em substância incorpórea e é imortal. Percebe idéias de sensação, o que Berkeley denomina entendimento. Produz e opera com idéias, ao que Berkeley chama de vontade. Pelo entendimento apreendemos as idéias de sensação que independem da vontade, como quando vejo a rua molhada após a chuva. Já a vontade é capaz de produzir e operar com idéias, o que significa dizer que pode imaginar, por exemplo, uma chuva que não molhe. São também operações da vontade o querer, o odiar, etc.

Mas ao lado da infinita variedade de idéias ou objetos de conhecimento há alguma coisa que as conhece ou percebe, e realiza diversas operações como querer, imaginar, recordar, a respeito delas. Este percipiente, ser ativo, é o que chamo mente, espírito, alma ou eu. Por estas palavras não designo algumas de minhas idéias, mas alguma coisa distinta delas e onde elas existem, ou o que é o mesmo, por que são percebidas; porque a existência de uma idéia consiste em ser percebida. (Tratado, § 2)

Para Berkeley o espírito não se constitui numa idéia, mas no meio pelo qual são percebidas idéias e pelo qual se lida com elas. Se as idéias se constituem naquilo que se percebe ou naquilo que é produto da vontade, não se pode ter idéia do espírito, já que este nem é fruto de percepção, nem da vontade humana. Logo, como disse Berkeley, pode-se ter do espírito apenas uma noção, assim como das operações por ele realizadas.

(...) Em sentido estrito não podemos dizer que temos idéia de um ser ativo ou de uma ação, mas somente uma noção. Tenho algum conhecimento ou noção do meu espírito e dos seus atos acerca de idéias tanto quanto sei ou entendo o significado destas palavras. Do que conheço tenho alguma noção. Não direi que os termos "idéia" e "noção" não possam equivaler-se, se o mundo quiser, mas a clareza e propriedade mandam distinguir coisas diferentes por diferentes

nomes. Note-se ainda que de todas as relações, incluindo um ato do espírito, não podemos propriamente dizer que temos idéia mas antes uma noção de relações e hábitos entre coisas. Se no uso moderno o termo "idéia" se estende a espíritos, relações e atos, é assunto apenas verbal. (Tratado, § 142)

A concepção que Berkeley tem da substância espiritual – o ser percipiente – não é uma concepção individualizada; em outras palavras, a afirmação da realidade não depende só da minha percepção, enquanto ser individual. Ao contrário, a afirmação de que algo é real depende do suporte do espírito humano, em geral. Portanto, além do meu espírito, devo admitir a existência de outros que, no conjunto, constituem o espírito humano. É a concepção de espírito humano em geral que permite afirmar a permanência dos corpos, quando deixam de ser percebidos por mim. Por exemplo, se ao me afastar do porto, em um navio, deixo de vê-lo, nem por isso o porto deixou de existir, uma vez que é percebido por outros espíritos. Se destruímos uma mesa queimando-a, restarão ainda outros exemplares desse tipo de idéias. Só podemos nos referir, portanto, à inexistência daquela mesa particular, mas não da mesa em geral. Só quando todo e qualquer ser percipiente deixar de percebê-la, e só então, poderemos falar da inexistência da mesa em geral.

Se, referindo-se ao espírito humano, Berkeley consegue explicar a permanência dos corpos, apesar de não estarem sendo imediatamente percebidos por alguém, isto não é suficiente para explicar a evolução do conhecimento humano.

Como Berkeley explica, por exemplo, a aceitação da existência de planetas, num dado momento da história, quando antes estes não eram conhecidos? Poder-se-ia supor que, pelo fato de não serem percebidos pelo homem, estes não existiam?

Berkeley responde negativamente a essa última questão, e para respondê-la recorre à noção de um outro espírito, que não o humano: Deus. Segundo Berkeley, todas as coisas são conhecidas por Deus eternamente ou, em outras palavras, estão na mente divina.

É Deus que, segundo sua vontade e decisão, permite ao homem perceber as coisas, mesmo as que até dado momento foram imperceptíveis. Assim, no exemplo acerca do conhecimento dos planetas, poder-se-ia dizer que, a despeito de num dado momento da história certos planetas não serem conhecidos, isto não quer dizer que não existissem já na mente divina.

F - (...) Quando se diz das coisas que elas começam a existir, ou então que acabam, isso não se entende pelo que respeita a Deus, e sim unicamente às criaturas. Deus conhece-os eternamente, aos objetos; ou então (o que tanto monta) têm na sua mente uma existência eterna; quando as coisas, porém, anteriormente imperceptíveis para as criaturas se tornaram enfim perceptíveis

para elas, em virtude de um decreto da Divindade, diz-se então que principiaram a ter, para as mentes criadas, um existir relativo. Quando leio, por conseguinte, a narrativa mosaica da Criação, entendo que as partes de que se compõe o mundo se tornaram gradualmente perceptíveis para os espíritos finitos que são dotados das faculdades apropriadas (...). (Diálogos, III, pp. 117-118)

É Deus, também, que dá suporte às regularidades percebidas pelo homem. A realidade possui regularidades, o que permite ao homem conhecê-la e atuar nela. Para Berkeley, as leis da natureza – ocorrência de regularidades, opondo-se ao caos – são expressão da vontade divina que “(...) mantém e regula o curso ordinário das coisas (...)” (Tratado, § 62). A vontade divina produz uma cadeia de efeitos naturais, os quais regula e mantém, o que permite ao homem chegar, pela experiência, a leis gerais.

Ao observar e comparar fenômenos, o homem identifica semelhanças entre eles. Nisto, segundo Berkeley, constitui-se a ciência: descoberta de concordâncias e harmonia entre os fenômenos, que permite chegar a regras gerais que explicam um dado evento em especial.

Na verdade, examinando e comparando vários fenômenos, observamos alguma semelhança e conformidade entre eles. Por exemplo, na queda de uma pedra, nas marés, na coesão, cristalização etc., há semelhanças, em especial uma união ou aproximação mútua dos corpos. E assim tais fenômenos não surpreendem um homem que tenha observado cuidadosamente os efeitos da natureza. Isso apenas ocorre com o fora do comum, ou a coisa em si mesma fora do curso ordinário da nossa observação. Não se estranha a tendência dos corpos para o centro da Terra, porque o observamos constantemente; que semelhante gravitação os faça tender para o centro da Lua pode parecer singular e inexplicável, porque só o observamos nas marés; mas um filósofo³, cujos pensamentos abrangem mais largo campo da natureza, tendo observado certa semelhança de aparências no céu e na terra e que inúmeros corpos revelam mútua tendência de aproximação, a que dá o nome genérico de ‘atração’, tudo que possa reduzir-se-lhe ele considera-o justamente explicado. Assim, explica as marés pela atração da Lua sobre o globo terrestre, o que não lhe parece estranho ou anômalo, mas apenas exemplo particular de uma regra geral ou lei da natureza. (Tratado, § 104)

Ao contrário das idéias que são efeitos da vontade humana (recordações, fantasias, etc.), as idéias dos sentidos possuem ordem e não são produzidas por acaso. Formam cadeias, ligam-se ordenadamente umas às outras,

3 Com este termo, Berkeley refere-se ao que denomina “filósofos naturais”, isto é, aos homens que buscam explicações para os fenômenos naturais. (N. do A.)

o que possibilita que, pela experiência, identifiquemos que no curso natural das coisas tal idéia siga uma dada outra idéia. "*Ora, as regras ou métodos estabelecidos segundo os quais o espírito excita, em nós, as idéias dos sentidos, são as chamadas leis da natureza (...)*" (Tratado, § 30).

As leis gerais permitem que atuem no mundo de forma adequada, já que as associações das quais derivam possibilitam a previsão e, conseqüentemente, permitem ao homem saber como proceder.

Segundo Berkeley, o fato de experimentar regularmente certas sensações tem levado o homem, erroneamente, a julgar que existem causas. Para ele o que, na verdade, ocorre é a associação de sensações experimentadas constantemente, o que leva uma a se tornar sinal da outra; em outras palavras, o aparecimento da primeira sensação leva a prever o aparecimento da segunda.

Berkeley nega que existam relações causais entre os fenômenos, entre os fatos, entre os corpos materiais; a relação causal, ao contrário, é a associação de sensações. A possibilidade de associações entre sensações está, em última análise, fundada na atuação de Deus, visto ser Ele quem produz o aparecimento de regularidades, de acordo com sua vontade.

De acordo com Alquié (1982), as cadeias de fenômenos observadas não constituem, para Berkeley, nada além de uma relação de signos e de coisas significadas, e não de causas e efeitos. Assim, o fogo nada mais é do que um sinal de que, se nos aproximarmos, seremos queimados, o que constitui algo diferente da idéia de que o fogo é causa da queimadura. A relação ordenada e coerente entre sinais e coisas significadas é possibilitada pela vontade divina, "... de seu desejo de nos falar uma linguagem compreensível, de constituir um mundo cognoscível, no qual se possa exercer nossa ação" (p. 195).

Segundo Berkeley, as regularidades percebidas pelo homem conduzem-nos à idéia de que as causas existem na própria realidade e que as relações entre fenômenos são algo exterior ao homem e independentes da vontade divina. Tal fato, em vez de aproximar o homem de Deus, leva-o a buscar longe d'Ele o que constituiria as pretensas "causas".

Ao colocar a natureza como uma linguagem por meio da qual Deus se comunica com o homem, Berkeley reintegra ao conhecimento o papel da vontade divina, reafirmando seu objetivo de combate ao ateísmo a que, segundo ele, o materialismo e a concepção vigente de causalidade tendiam a conduzir o homem.

Na concepção de causalidade, Berkeley ressalta o papel do sujeito na produção de conhecimento. Ao atribuir à causa o significado de *associação de sensações* percebidas pelo homem, Berkeley desloca a concepção de causalidade da posição externa ao sujeito em que se encontrava e da idéia de

conexão necessária entre fenômenos, para uma posição dependente do sujeito, postura que se contrapõe à de pensadores como Galileu, Bacon, Descartes e outros de seu tempo e que lança o germe de uma discussão que será retomada e aprofundada por Hume.

Este trabalho insistente e uniforme que tão claro mostra a bondade e sabedoria do Espírito soberano cuja vontade constitui as leis da natureza, está tão longe de conduzir para Ele os nossos pensamentos, que antes os leva a perseguir causas segundas. Quando vemos certas idéias dos sentidos constantemente seguidas por outras, sem o termos feito nós, atribuímos poder e atividade às idéias e julgamos ser uma coisa causa de outra, embora nada seja mais absurdo e ininteligível. Assim, por exemplo, tendo visto certa figura luminosa e redonda e ao mesmo tempo recebido a idéia ou sensação chamada calor, concluímos que o Sol é causa do calor. Do mesmo modo ao perceber o movimento e colisão de corpos acompanhada de som, pendemos a crer seja este o efeito daqueles. (Tratado, § 32)

A associação de sensações, base do conceito de causalidade em Berkeley, é o que permite explicar o fato de o homem não fazer inferências incorretas sobre a realidade percebida.

Para Berkeley, ater-se às percepções permite ao homem construir um conhecimento verdadeiro, livre de erro. O erro, segundo ele, consiste na elaboração de inferências incorretas a partir da realidade percebida pelo homem. Essa postura de Berkeley em relação ao erro pode ser ilustrada pelo seguinte exemplo: embora o homem veja um carro do tamanho de um inseto, do vigésimo andar de um prédio, ele não poderá afirmar que o carro é do tamanho de um inseto, se se ativer às percepções que tem, visto que, ao descer, ele verá o carro com outro tamanho. De fato, não há erro em se afirmar que do vigésimo andar de um prédio um automóvel se assemelha a um inseto em tamanho. Generalizar tal conclusão para todas as situações seria, no entanto, incorreto. Assim, consistiria em erro inferir que, próximo ao carro, ele seria percebido com o mesmo tamanho com que o é do vigésimo andar de um edifício. As percepções, portanto, nunca são incorretas e se o homem se ativer a elas não errará; o erro está na inferência inadequada de uma situação para outra.

Essa postura de Berkeley fica clara na resposta que apresenta nos *Diálogos*, quando questionado sobre o papel dos sentidos na conceituação da realidade, já que estes podem permitir ao homem enganar-se quando acredita ser a Lua uma superfície luminosa e plana ou quando crê estar dobrado ou curvado um remo cuja extremidade está mergulhada na água.

É que o erro não está nas idéias que atualmente percebemos, e sim nas inferências que derivou das suas presentes percepções. No caso do remo, o que

pela vista imediatamente percepçiona é sem dúvida alguma uma coisa quebrada: e quanto a isso não sai ele da verdade. Porém, se daí concluir que depois de tirar o remo da água há de percepçionar nele a mesma dobra, ou que o remo lhe afetará o tato como as coisas dobradas costumam fazer – então cairá ele em erro. (...) O seu engano, todavia, não reside naquilo que percepçiona imediatamente e presentemente (seria em nós uma contradição manifesta o supormos que se poderia equivocar nesse ponto), senão que sim no juízo errôneo acerca das idéias que supõe associadas com aquelas que imediatamente percepçionou; ou ainda sobre as idéias que ele acaso imagina, consoante o que percepçiona no momento presente, que em outras circunstâncias percepçionará. O caso é, precisamente, o mesmo que se dá com o sistema de Copérnico. Não percepçionamos o movimento da Terra: mas seria errôneo o concluir-se daí que, se estivéssemos separados da mesma Terra pela distância a que nos achamos dos demais planetas – não percepçionariamos o seu mover-se. (Diálogos, III, p. 109)

Como vimos, Berkeley, a despeito de afirmar a existência de uma realidade que não é fruto da imaginação humana, constituiu-se num imaterialista, já que nega a existência de algo exterior ao sujeito que se possa denominar matéria. Essa postura, associada ao papel que atribui a Deus na relação com o mundo e com o conhecimento, pode conduzir a duas interpretações: numa primeira, assumir-se-ia o mundo como criação divina, mundo esse que o homem percebe por meio dos atributos que Deus lhe concedeu para tal; numa segunda, assumir-se-ia que todas as idéias reais seriam impressas por Deus no homem, não tendo este qualquer papel na apreensão do real a não ser como receptáculo de tais idéias. Qualquer que seja a interpretação assumida, no entanto, o mundo para Berkeley é algo cuja existência e características estão vinculadas à existência humana, já que, segundo esse autor, nada existe a não ser o que é percebido pelo homem.

Segundo Alquié (1982), a postura imaterialista de Berkeley constituiu-se numa oposição às posturas e conceitos vigentes em sua época.

Criticando o realismo qualitativo, que afirma a existência de qualidades que são inerentes à matéria – qualidades essas que podem ser descobertas, portanto, que existem objetivamente –, Berkeley nega-as afirmando a subjetividade do sensível.

Essa crítica estende-se às idéias de Locke no que se refere à sua postura acerca das qualidades da matéria. Para Locke, certas qualidades, como figura, movimento, solidez (as chamadas qualidades primárias), eram inerentes à matéria; já certas qualidades (as chamadas qualidades secundárias), como odor, som, cor, não existiam independentemente do sujeito, uma vez que sua existência residia no fato de serem percebidas.

Para Berkeley tal distinção é inadequada. Para ele é impossível separar as qualidades primárias das secundárias (é impossível formar a idéia de um corpo extenso que não tenha cor, por exemplo). Se as qualidades secundárias são resultado da percepção, por que não o seriam também as primárias? Figura, movimento, extensão são, tais como a cor, o som, etc., idéias existentes no espírito, não podendo existir independentemente do ser percipiente.

Os que afirmam existem as qualidades primárias – figura, movimento etc. – fora do espírito em substância impensante, ao mesmo tempo o negam das secundárias: calor, som, frio, quente e outras, só existentes no espírito, dependentes e derivadas da diversa grandeza, textura e movimento das particulas da matéria; consideram isto uma verdade demonstrável sem exceção. Ora, se estas qualidades originais forem inseparáveis das outras qualidades sensíveis e incapazes de abstração mesmo em pensamento, segue-se que existem somente no espírito. Que alguém refiita e veja se pode abstrair e conceber a extensão e movimento de um corpo sem todas as outras qualidades sensíveis. Por mim, não consigo formar idéia de um corpo móvel e extenso sem dar-lhe alguma cor ou outra qualidade sensível das que se reconhece existirem só no espírito. Em resumo, extensão, figura, movimento são inconcebíveis separadas das outras qualidades. Onde existam portanto as outras qualidades sensíveis, essas devem existir também, isto é, no espírito e em nenhuma outra parte. (Tratado, § 10)

Conceber a inexistência de uma substância material, em outras palavras, a inexistência de algo independentemente do ser percebido, conduz Berkeley a criticar noções que, no período em que viveu, e mesmo antes, vinham sendo utilizadas em campos tais como a matemática e a física. Quanto à matemática, Berkeley procura refutar seus conceitos: não há o número em si, a extensão em si, a divisão ao infinito, já que todas essas coisas se constituem em conteúdos da percepção.

Quanto ao número, Berkeley afirma:

O número é total criação do espírito, e, ainda quando outras qualidades pudessem existir sem ele, basta considerar que a mesma coisa difere quanto ao número conforme o ponto de vista do espírito; assim a mesma extensão pode exprimir-se por um, três, ou trinta e seis, conforme referida à jarda, ao pé ou à polegada. “Número” é tão sensivelmente relativo, e dependente do entendimento humano, que espanta possa alguém pensar na sua existência absoluta, fora do espírito. Dizemos “um livro”, “uma página”, “uma linha”, e todos são unidades embora contenham várias outras. E em cada exemplo, é evidente, a unidade refere-se a uma combinação particular de idéias arbitrariamente jungidas pelo espírito. (Tratado, § 12)

Quanto à extensão, Berkeley afirma que é impossível pensá-la em si. Pensa-se em uma extensão finita, particular e ao pensá-la é preciso que cada parte dela seja percebida. Ora, é impossível perceber um número infinito de partes numa extensão finita, portanto, a divisibilidade infinita da extensão finita não pode ser admitida.

A síntese newtoniana, cujos conceitos regiam a física da época, é também atacada por Berkeley, que questiona noções tais como a de espaço absoluto, gravitação universal, movimento absoluto, etc.

Como já se viu, ao rejeitar a noção de que existam qualidades inerentes aos corpos que sejam essenciais e universais, Berkeley acaba rejeitando a causalidade como algo existente nos próprios fenômenos. Em decorrência disto, o princípio da gravitação universal, admitido como princípio explicativo da atração dos corpos, é rejeitado por Berkeley. Embora admita que por meio da observação dos fenômenos se possa concluir a tendência de aproximação dos corpos, não admite que a explicação disto esteja nos próprios fenômenos, já que, segundo ele, as relações entre os fenômenos são estabelecidas pelo sujeito por meio de associação de sensações. Portanto, não admite a existência de algo como a gravitação como explicação (causa) da atração observada.

As noções de espaço e tempo absolutos, propostas por Newton, são também rejeitadas por Berkeley, já que ambos os conceitos se referem a algo que não tem relação com o que concretamente se percebe. Segundo Berkeley, as idéias de tempo e espaço são relativas a situações particulares, sendo impossível entendê-las desvinculadas de tais situações. Berkeley exemplifica essa posição mostrando que, se combinarmos de nos encontrar com alguém num dado local, em dada hora, não teríamos dificuldade em realizar o que foi combinado, já que isto é perfeitamente compreensível. No entanto "(...) se o tempo for tomado com exclusão das ações e idéias particulares diferenciadoras, mera continuação da existência ou duração em abstrato, então, mesmo a um filósofo será difícil compreendê-lo" (*Tratado*, § 97).

Em outros trechos do *Tratado*, Berkeley discute a noção de espaço absoluto, da forma a seguir apresentada:

(...) Quanto ao repouso, o célebre autor⁴ admite um espaço absoluto, imperceptível aos sentidos, e em si mesmo similar e imóvel; e um espaço relativo, medida do primeiro, móvel, desfinível pela sua situação relativamente aos corpos sensíveis, tomado vulgarmente por espaço imóvel. Lugar define-se a parte do espaço ocupada por um corpo; e, conforme o espaço é absoluto ou relativo, assim é o lugar. Movimento absoluto chama-se à translação de um corpo de

4 Aqui Berkeley se refere a Isaac Newton. (N. do A.)

um lugar absoluto para outro lugar absoluto, e movimento relativo o de um lugar relativo para outro (...). (§ 111)

Confesso, não obstante, que não me parece possa haver outro movimento além do relativo; para conceber o movimento é preciso conceber pelo menos dois corpos a distância e em posição variáveis. Se houvesse um corpo só, não poderia mover-se. Isto parece evidente: a idéia que tenho de movimento inclui necessariamente a relação. (§ 112)

De onde se segue que a consideração do movimento não implica um espaço absoluto, diferente do percebido pelos sentidos e corpos correlatos. Pelos mesmos princípios já aplicados à demonstração de outros objetos sensíveis é claro não poder ele existir fora do espírito. E talvez, se bem inquirirmos, concluiríamos não poder formar idéia de espaço puro, exclusivo de todos os corpos. Esta idéia, a mais abstrata, parece-me impossível (...). (§ 116)

A crítica de Berkeley estende-se também à crença de que o homem produza idéias abstratas, crença essa que, de acordo com ele, é falsa.

Ao atacar a crença nas idéias abstratas, Berkeley novamente se contrapõe a Locke: segundo este, a capacidade de abstração é uma característica própria do ser humano.

Para Locke, a abstração consiste em pensar, dentre as características particulares de diferentes objetos, a característica comum a todos eles, desvinculando-os de suas particularidades. Nessa concepção, ao se falar som, cor, homem ou fruta, com essas palavras, indica-se uma idéia abstrata, pois esta não se refere a qualquer ruído em especial, nem a qualquer objeto colorido, nem a alguém especificamente ou a uma determinada fruta. Ela (idéia) refere-se a conceitos que são abstraídos de seus referentes concretos.

É exatamente a possibilidade de abstração que Berkeley critica: nada existe em abstrato, já que não se pode pensar em algo que não tenha, como referência, particulares. O homem, em si, não pode ser pensado, pois não é possível ter idéias de um homem que não seja alto ou baixo, gordo ou magro, etc., assim como não se pode ter idéia de uma fruta que não tenha certa forma, cor, tamanho, etc.

A noção de *idéia abstrata* acaba sendo substituída, por Berkeley, pela noção de *idéia geral*.

Para Berkeley, embora não se possa pensar em abstrato, pode-se fazer generalizações, o que significa fazer referência, propositadamente, a um aspecto, desprezando as particularidades, desprezando o referencial concreto.

Exemplificando, eu posso falar *branco* porque eu deixo de considerar as características específicas dos objetos de cor branca que me vêm à mente (papel branco, cinzeiro branco, círculo branco...) e fixo-me, propositadamente, em um dos aspectos particulares que caracterizam o objeto, aspecto esse que estou interessado em analisar, no caso a cor branca.

À medida que as particularidades são desprezadas, a idéia de branco passa a ser uma idéia geral, uma vez que se constitui num sinal de outras idéias particulares.

Note-se que eu não nego em absoluto a existência de idéias gerais mas apenas a de idéias gerais abstratas (...). Ora, se quisermos atribuir sentido às nossas palavras e falar somente do que podemos conceber, concordaremos – creio eu – que uma idéia particular, quando considerada em si mesma, se torna geral quando representa todas as idéias particulares da mesma espécie. Suponhamos, para exemplificar, um geômetra que ensina a dividir uma linha em duas partes iguais. Traça, por exemplo, uma linha preta de uma polegada de comprimento; é uma linha particular; no entanto, pelo significado geral, representa todas as linhas possíveis; de modo que o demonstrado quanto a ela fica demonstrado para todas as linhas ou, por outras palavras, para a linha em geral. E assim como a linha particular fica geral por ser um símbolo, o nome "linha", que em absoluto é particular, como símbolo fica sendo geral. E, como para o caso anterior a generalidade não provém de ser sinal de uma linha geral abstrata, mas de todas as linhas particulares possíveis, também no segundo deve pensar-se que a generalidade provém da mesma causa, isto é, das várias linhas particulares indiferentemente denotadas. (Tratado, Introdução, § 12)

Como se coloca, no contexto do pensamento de Berkeley, a substituição da *idéia abstrata* por *idéia geral*? Lembrando a postura imaterialista de Berkeley, pode-se concluir que, para ele, era importante refutar toda concepção que pudesse conduzir à admissão da existência de uma essência nas coisas, idéia que se constituía num passo para a admissão da existência da matéria.

A concepção de que a abstração consiste em pensar características comuns a objetos, desvinculadas das particularidades destes, poderia subsidiar a concepção de existência de *algo inerente* aos diferentes objetos e, portanto, existente em si.

Como vimos, Berkeley opõe-se à defesa da existência de tais *qualidades inerentes*. Logo, não poderia admitir uma concepção que trouxesse de forma subjacente esse aspecto.

Assim, coerentemente com seu pensamento, Berkeley usa a noção de *idéia geral* que nada mais é que um *sinal* de idéias particulares. Não existe o conceito, algo inerente aos particulares, mas apenas as particularidades percebidas que podem, deliberadamente, ser representadas por uma outra idéia.

Tal como em sua concepção de causalidade, em que a causa inerente aos fenômenos é substituída por associações de sensações em que uma se torna sinal do aparecimento de outra, Berkeley define a *idéia geral* como um sinal de percepções particulares.

Além da discussão acerca do processo de conhecimento, Berkeley preocupou-se também com questões relativas à moral e à política. Segundo Abbagnano (1978), a moral política defendida por Berkeley reflete o caráter religioso de sua obra. O princípio que fundamenta tal moral é o da “(...) obediência passiva ao poder constituído” (p. 141). O homem deveria atuar em conformidade com leis estabelecidas que, segundo Berkeley, são impressas no espírito humano por Deus. A felicidade não pode, portanto, ser alcançada se o ser humano se arvora em juízos particulares para direcionar suas ações. As leis divinas são identificadas com as leis da sociedade. Logo, a submissão ao poder constituído é submissão à vontade de Deus, dever moral de todo o indivíduo, necessário ao atingimento do objetivo último: o bem-estar da humanidade.

Segundo Berkeley,

Em moral, as regras eternas da ação têm a mesma verdade imutável e universal que as proposições em geometria (...). A regra “Tu não debes resistir ao poder civil supremo” é tão constante e invariável para traçar a conduta de um indivíduo com relação ao governo quanto a regra “multiplique a altura pela metade da base” o é para calcular a superfície de um triângulo. (Obéissance passive, § 53)

As regras a que se deve submeter o indivíduo, por serem leis divinas, são absolutamente invariáveis, válidas para todas as sociedades e povos em diferentes momentos da história. Para Berkeley, o fim último pelo qual Deus exige o concurso da ação humana deve ser perseguido

(...) pela observação de certas regras, universais e determinadas e de preceitos morais, que pela sua própria natureza, tendem necessariamente a promover o bem-estar da humanidade inteira, em todas as nações e em todas as épocas, do começo ao fim do mundo. (Obéissance passive, § 10)

A ênfase que Berkeley dá à obediência das regras instituídas – que traz embutida uma concepção de invariabilidade – pode ser observada na forma como discute o papel do trabalho.

Leroy (1944), num prefácio às *Obras escolhidas de Berkeley*, aponta que um dos princípios constantemente defendidos pelo autor é o de que o esforço se constitui em fundamento de toda a riqueza. Logo, o trabalho é um elemento essencial no desenvolvimento social. Essa ênfase no trabalho pode ser identificada quando Berkeley defende que os homens que não trabalham devem ser expulsos do grupo social, que os criminosos e delinquentes devem ser submetidos a trabalhos forçados e que deveria haver uma política de educação às crianças pobres e órfãs de forma a prepará-las para o trabalho.

No que diz respeito às questões morais, sociais, políticas, Berkeley revela uma postura conformista. Como é possível essa posição, se tudo o que foi até aqui apresentado demonstra ênfase no papel do homem no conhecimento como essencial na determinação da existência das coisas? Isto é possível porque, ao mesmo tempo em que defende essa postura, Berkeley defende também a de que Deus é o criador de todas as coisas e de que a atividade do homem é, em última análise, resultado da vontade divina. Ao colocar em Deus o princípio de tudo, inclusive da atividade humana, sobra para o homem um papel passivo, de receptáculo de percepções acerca do mundo no que diz respeito ao conhecimento tanto dos objetos quanto das regras a serem seguidas no convívio social.